

O FÓRUM MINEIRO DE EJA E A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE

Luiz Olavo Fonseca **Ferreira** – UFMG

Contextualizando a pesquisa

Este artigo apresenta os resultados da minha pesquisa de mestrado com a qual procurei investigar como os frequentadores das plenárias do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos¹ percebiam a intervenção dessa ação coletiva na formulação e construção de políticas públicas educacionais, em Belo Horizonte. Discuti o Fórum Mineiro, entendendo-o como uma ação coletiva, e investiguei como suas plenárias contribuíram para a participação de seus frequentadores no processo da regulamentação da EJA na capital mineira.

O estudo aqui apresentado teve como ponto de partida a minha militância no movimento dos fóruns e nos encontros nacionais que reuniam/reúnem os fóruns estaduais do Brasil. Essa militância surgiu no ano de 2000, quando percebi o Fórum Mineiro como um espaço diferenciado de discussão sobre a EJA, já que, devido a minha busca constante por possíveis respostas para as minhas indagações sobre a educação de jovens e adultos, lá comecei a encontrá-las.

Como professor da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME) tive a oportunidade de compor a equipe do Departamento de Educação em uma das regionais² da Prefeitura, instância que tinha como uma de suas funções realizar o acompanhamento pedagógico escolas municipais de sua jurisdição. Entre as minhas atribuições estava a de prestar apoio e assessoria às escolas que ofertavam a modalidade de educação de jovens e adultos.

Dessa forma, necessitava me manter atualizado sobre as discussões acerca da EJA, o que me levou a participar de inúmeros espaços de discussão sobre o assunto. Um desses lugares foi o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, do qual a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) e uma as equipes das regionais

¹ Muitas vezes, nesse trabalho, o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos será chamado, apenas, de Fórum ou Fórum Mineiro, já que é essa a denominação dos integrantes do Fórum para o Movimento em seu cotidiano.

² Unidade administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem por objetivo a prestação de serviços públicos municipais descentralizados.

eram participantes. Desde então, tornei-me frequentador de suas reuniões, aprofundando a minha compreensão sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Durante o período no qual participei do Fórum como membro de equipe de regionais, dois momentos foram marcantes em minha trajetória. O primeiro foi o período das discussões coordenadas pelo Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME), que visavam à regulamentação da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da educação básica e, o segundo, foi a participação como delegado, por Minas Gerais, no V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), realizado em Cuiabá-MT, no ano de 2003.

A partir dos momentos vivenciados durante o V ENEJA – conferência de abertura, mesas redondas, grupos temáticos, plenárias, além das conversas informais com outros participantes – comecei a amadurecer a proposta de estudo do Fórum Mineiro de EJA.

A discussão teórica

Os ENEJA's congregam, anualmente, os fóruns estaduais de educação de jovens e adultos do Brasil e tem como proposta “contribuir para a ampliação e a melhoria da qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil, mediante o estabelecimento de políticas articuladas de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos governamental e não-governamental.” (PAIVA; MACHADO; IRELAND, 2004, p.96).

Percebia que a movimentação que ocorria em cada estado, culminando no encontro nacional, se constituía em uma ação coletiva, baseado no fato de que, até hoje, não se elaborou uma teoria que satisfaça as inúmeras dúvidas que afloram no processo de discussão acerca dos movimentos sociais, apesar do lugar de destaque que esse tema ocupa nas reflexões realizadas pelas Ciências Sociais. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986, p.787).

Para Olson (1999, p.13) é do âmbito do senso comum a idéia de que, se existem interesses comuns entre os indivíduos, a formação e aproximação de grupos é um processo natural, cujo objetivo é a concretização desses interesses. Ressalta o fato de que é necessária a existência de um interesse pessoal envolvido na busca coletiva, para justificar a presença de um indivíduo na ação de um grupo, pois sua mobilização só ocorrerá se houver algum tipo de ganho individual.

Se os indivíduos integrantes de um grupo altruisticamente desprezassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que em coletividade eles se dedicassem a lutar por algum egoístico objetivo comum ou grupal. Tal altruísmo é, de qualquer maneira, considerado uma exceção, e o comportamento centrado nos próprios interesses é em geral considerado a regra, pelo menos quando há questões econômicas criticamente envolvidas. (OLSON, 1999, p. 13-14).

A partir dessa reflexão, a expressão ação coletiva foi, então, difundida por Olson. Para ele, essas associações entre indivíduos têm por objetivo a promoção dos interesses que são comuns aos seus membros e, a partir da ação empreendida, o resultado atingido pela associação é um ganho de todos e nenhum membro pode ser excluído dos benefícios alcançados. Diz ainda que, quando acontece o reconhecimento consciente da existência de objetivos que são comuns aos indivíduos, esses planejam uma ação coordenada, buscando atingir tais objetivos, ocorrendo, assim, o que ele denominou de ação coletiva. (ÁGORA NET, s/d).

No Brasil, até 1964, os movimentos sociais reconhecidos eram os chamados movimentos sociais tradicionais (organizações populares com atuação clientelística, assistencial e autoritária). Com a tomada do poder pelo Regime Militar, houve um período de silêncio, imposto pela Ditadura, o que impedia a atuação de quaisquer movimentos sociais. A partir de meados da década de 70, a situação começou a se modificar e o povo, consciente da necessidade de empreender lutas para a garantia de determinados direitos, passou a reivindicar mudanças no regime e a clamar pela redemocratização do país. (SCHERER-WARREN, 1987, p.41-45).

Após a promulgação da Constituição de 1988, ocorreram muitas mudanças no processo de intervenção social e nas formas de participação na vida política do país. A questão da cidadania passou a ser o alvo dos movimentos sociais, com ênfase na participação civil e na responsabilidade social dos diversos atores que começam a emergir. A centralidade das lutas dos atores sociais passou a ser a sociedade política, cujo foco era o processo de elaboração, discussão e efetivação das políticas públicas. (GOHN, 2005, p.75).

Rua (1998) afirma que as políticas referem-se a decisões governamentais feitas para atacar problemas e visam a construir possibilidades entre uma situação presente e um futuro possível. Também referem-se a um programa de ação governamental, são predicados dos governos e têm como função a distribuição de recursos escassos na sociedade. Assim, políticas públicas (*policies*)

são outputs³, resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. [...] Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. [...] Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, 1998, grifos do autor).

Até a Constituição de 1988, as políticas públicas, no Brasil, tinham como característica a centralização decisória e financeira, além da fragmentação institucional e o caráter setorial, sendo excludentes e seletivas, já que eram influenciadas pelo clientelismo político, o corporativismo e o insulamento burocrático. A partir do processo de redemocratização, os partidos de oposição ao governo tomaram para si a bandeira da democratização dos processos decisórios, na perspectiva de que esses processos poderiam resultar na eficiência da distribuição das políticas públicas. Então, surge a idéia da descentralização e da participação dos cidadãos na formulação e implementação dessas políticas. (FARAH, 2001, p.122-125).

É importante ressaltar que, dentre as mudanças originadas nas duas últimas décadas, houve um rompimento da hierarquia das políticas públicas, colocando o enfoque dessas na mobilização local e a discussão de questões específicas. Concomitantemente, houve a inclusão dos direitos sociais nos debates em âmbito local, provocando transformações radicais na forma de se fazer política pública em nossa sociedade. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 17).

Os autores afirmam que as novas formas ampliadas de participação política são híbridas, já que nesse universo de participação estão submetidos, no mesmo espaço, atores sociais e estatais, dividindo os processos deliberativos. Assim, a ação, os debates e os ajustes necessários para a convivência desses sujeitos ocorrem a partir de uma ação coletiva e negociada.

O local se torna o lugar da elaboração de políticas públicas, de tomada de decisão discutidas e compartilhadas sob a forma de orçamentos participativos, de fóruns e arenas público-privadas e projetos participativos, seja através de novas relações jurídico-institucionais entre as instâncias federal, estadual, municipal, seja através da construção de um novo espaço democrático com as comunidades locais e suas representações sociais e políticas. (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 17).

Diante do exposto, refleti que seria necessário estabelecer de que maneira se consolidava a cooperação no Fórum Mineiro, a partir da atuação dos seus frequentadores, e como esse espaço de discussão promovia intervenções para melhorar a

³ Do inglês: produção, rendimento. Novo Michaelis. Dicionário Ilustrado. Volume I. Inglês-Português. 25ª Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1979.

qualidade da educação, já que eu compreendia a existência do Fórum como sendo uma ação direta na construção de políticas públicas educacionais.

Questionei-me sobre alguns fatos. Dentre eles, a existência de um número pequeno de pesquisas acadêmicas tendo como tema os Fóruns de EJA, o que dificultava o estudo dos mesmos. Outro fato consistia no meu desejo de compreender a maneira como os Fóruns promoviam, na prática, intervenções no processo de construção de políticas públicas. Por fim, me perguntava até que ponto as ações coletivas se constituíam em espaços de aprendizagem de práticas sociais e intervenções políticas.

O cenário da pesquisa

A pesquisa foi realizada em Belo Horizonte, tendo como espaços investigativos o Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, a SMED e o CME. O marco temporal foi o processo de construção da regulamentação da EJA na cidade, cujas discussões tiveram início em 2000, quando o CME participou de um seminário da SMED sobre EJA, momento no qual foi apresentado o documento sobre as diretrizes da modalidade para o município.

Para realização da pesquisa empírica utilizei-me da entrevista semi-estruturada, com o intuito de coletar as impressões dos sujeitos da pesquisa, um total de sete pessoas, as quais frequentavam as plenárias do Fórum e as reuniões do CME, representando diferentes segmentos nessas instâncias. Para o trabalho eles foram identificados com nomes de artistas de cinema, preservando suas identidades.

Realizei, ainda, pesquisa documental nos arquivos do Fórum Mineiro e em documentos que tratavam de políticas públicas para EJA, no Brasil. Utilizei-me dos recursos de análise possibilitados pela observação participante, visto que fui frequentador dos espaços utilizados na pesquisa durante o período de realização da mesma.

Para a análise dos dados, foram criadas, após a transcrição das entrevistas, sete categorias, a saber: As relações dos sujeitos com o Fórum; O Fórum e o seu funcionamento; A representação e o Fórum; O Fórum como espaço formativo e educativo; O Fórum enquanto ação coletiva; O Fórum no cenário político e no campo da educação; As relações entre o Fórum, o CME e O processo de regulamentação da EJA em BH.

Dessa forma ficou estabelecido o cenário para a pesquisa, na qual busquei articular o processo de regulamentação da EJA em Belo Horizonte com a “movimentação” do

Fórum Mineiro e a participação dos educadores nesse processo. Meu objetivo, então, foi o de compreender a atuação do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, buscando identificar como suas ações contribuíram para a participação dos frequentadores de suas plenárias na discussão, formulação e elaboração das políticas públicas de educação de jovens e adultos no município de Belo Horizonte.

A hipótese levantada foi a de que as ações desenvolvidas no Fórum Mineiro constituiram-se em saberes para os seus frequentadores, fazendo com que eles fossem capazes de atuar nos espaços de discussão e elaboração das diretrizes para a EJA, em Belo Horizonte. A questão que norteou essa pesquisa foi: O Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos, enquanto uma ação coletiva, se constitui como uma instância capaz de atuar na construção de políticas públicas educacionais, através das formações que ele possibilita aos seus frequentadores?

Entendendo um pouco mais o movimento dos Fóruns

Entender o movimento dos fóruns, a partir da noção das ações coletivas, é uma opção feita por mim, amparado em Alain Touraine, quando esse diz que

é necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política. [...] O essencial, aqui, é reservar a idéia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. [...] um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam[...]. (TOURAINÉ, 2006, p.18-19).

Percebo que o movimento dos fóruns, apesar de se organizar em torno de um objetivo comum e de enfrentar conflitos no âmbito da educação, não possui um adversário social organizado a combater. Ao contrário, ele se articula na busca do entendimento entre os diversos segmentos da nossa sociedade, procurando encontrar caminhos que possam melhorar as condições de oferta da EJA.

Os fóruns ganharam importância, nos últimos anos, por se constituírem em uma instância de articulação que atua em prol da cidadania e na discussão de políticas públicas. Eles servem como elemento de mediação entre a sociedade local e o Estado.

Scherer-Warren (2006, p.114) menciona que na sociedade atual, as iniciativas de associação com características locais

percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto,

legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro.

Rede de Movimento Social

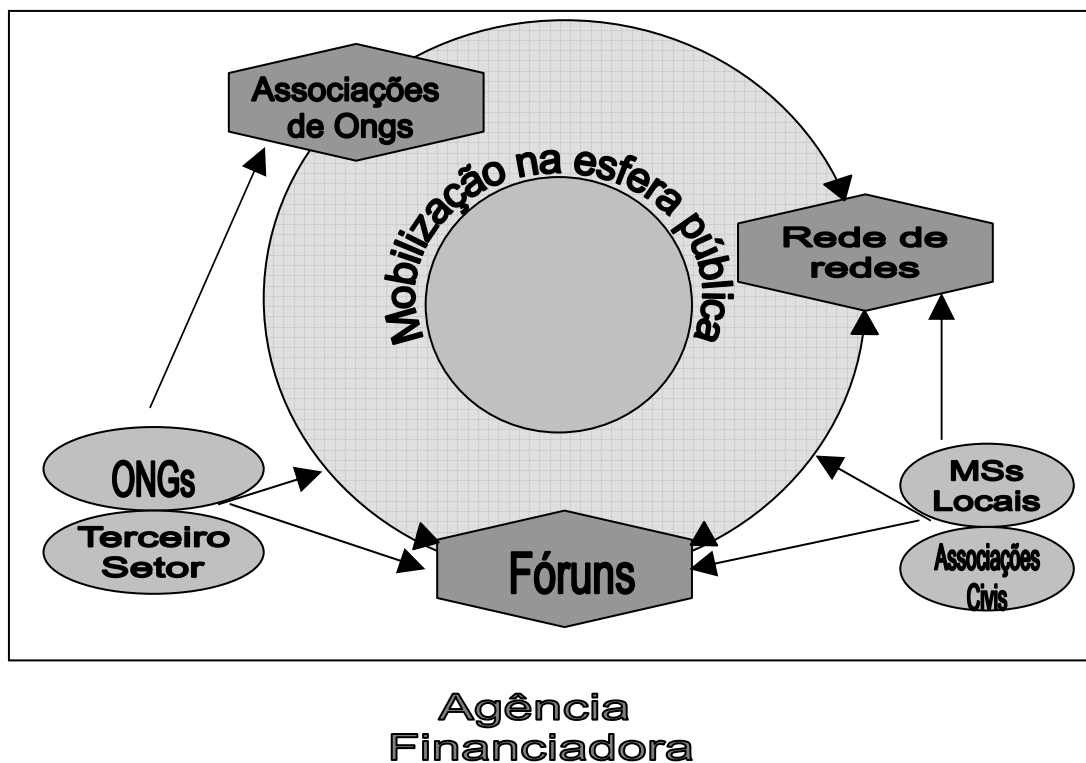


Figura 1 – Organização da sociedade civil, atualmente. (SCHERER-WARREN, 2006, p.114).

Para Di Pierro (2005, p.1130) o movimento dos fóruns surge quando ocorre o acirramento das divergências datadas de 1996 e 1997, no momento em que o governo federal assumiu uma postura autoritária e intransigente na coordenação das políticas para a educação de jovens e adultos, inclusive com o fechamento do diálogo com a sociedade.

A sociedade se viu obrigada a adotar estratégias de articulação descentralizadas, para permitir a discussão da gestão e o controle das políticas educacionais. Esta articulação tinha como característica a criação de espaços públicos e sem marcas de institucionalidade. Nos mesmos, as representações governamentais e não-governamentais poderiam se reunir com a perspectiva de se informar, formar, mobilizar e intervir. (DI PIERRO, 2005, p. 1130-1131).

Para Paiva e Dutra (2000), o papel dos fóruns é o de ser uma

articulação informal de educadores e educadoras, que somam suas experiências em movimentos da sociedade civil, ONGs, Prefeituras,

Secretaria de Estado da Educação, Universidades, pelo interesse em discutir, fortalecer e propor caminhos para a educação de jovens e adultos... (PAIVA; DUTRA, 2000, pág. 2).

O primeiro Fórum criado foi o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro, em 1996), considerado como uma estratégia de trabalho que

contribuiu para a desconstrução de posturas e atitudes centralizadoras, adquiridas ao longo de muitos anos na sociedade, possibilitando o estabelecimento de relações mais igualitárias, fator decisivo para um processo de democratização da educação nas esferas locais, como preconiza a LDB, ao mesmo tempo que representava um grupo de pressão organizada e permanente, em defesa dos interesses da educação de jovens e adultos. (PAIVA, 2004, p.36).

O Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos surgiu, em junho de 1998, seguindo o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, no qual o Movimento de Fóruns já ocorria. Em Minas Gerais, a primeira plenária aconteceu na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessa reunião, ficou decidida a continuidade dos encontros e definiu-se que eles seriam mensais, envolvendo os interessados em discutir a EJA em Minas Gerais.

Na discussão sobre o significado sociológico dos fóruns, Silva (2003) afirma que os mesmos possuem as características de um novo movimento social e, por isso, devem ser considerados como pertencentes a esta categoria. De acordo com o autor, “o fenômeno pesquisado [o Fórum Paraibano de EJA] adquire a característica de um movimento social, por ser um produto da ação humana”. (SILVA, 2003, p.1).

Doimo (2004) discorda da colocação dos fóruns na categoria de movimentos sociais e defende que a configuração deles não os torna movimentos integrantes da categoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Segundo ela,

o tema dos NMS já teve seu "ponto alto" entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980 e, no Brasil, foi utilizado como sinônimo de movimentos sociais urbanos (carências de meios de consumo coletivo, como transporte, habitação, saúde, saneamento, etc.). [...] Com o tempo a nomenclatura caiu em desuso e perdeu, por assim dizer, eficácia teórica. Entretanto, tornou-se corriqueiro chamar de "novos" aqueles movimentos referidos a questões raciais, étnicas, de gênero e faixa etária, que manifestam-se através de "identidades". (DOIMO, 2004).

Prossegue dizendo que

os Fóruns podem ser pensados como dispositivos orgânicos de agregação de interesses decorrentes desses conflitos de ação direta [conflitos ocorridos no âmbito do Estado Capitalista em crise, a despeito dos canais de representação política]. Há, contudo, quem veja nisto a construção de "novos espaços públicos", no sentido da ampliação e do aprofundamento da democracia. (DOIMO, 2004).

Do surgimento do primeiro Fórum de EJA, no Brasil, até meados de 2008, houve um aumento no número desses espaços, reforçando uma ampliação na base do movimento, seguindo uma tendência adotada no país de ampliação dos espaços de discussão política para o interior. O movimento dos fóruns percebeu, também, que o processo de interiorização de suas ações era um caminho natural, surgindo, a partir desse momento, os fóruns regionais regionais. Segundo Bandeira (2006), a

institucionalização de "micro" e "meso" regiões acompanha uma tendência observada nas duas últimas décadas, tanto na literatura quanto na prática das políticas relacionadas com o tema. A valorização dessas escalas contribui para o ajuste das políticas regionais brasileiras ao novo paradigma dominante da área, que enfatiza a influência da dinâmica interna das regiões – inclusive em termos políticos e sociais – sobre o seu potencial de desenvolvimento. (BANDEIRA, 2006, p.34).

O surgimento, no campo da Teoria Política, de uma corrente denominada “democracia participativa”⁴ colaborou com a tendência da criação de regiões menores para as discussões políticas. Assim, a tendência de institucionalização de “micro” e “meso” regiões aponta-se como sendo o caminho mais viável para a modernização da administração pública, no Brasil. Então, os diversos modelos de conselhos e fóruns que surgiram, passaram a ser utilizados como espaços de representação e articulação da sociedade e seus atores, em várias cidades. (BANDEIRA, 2006, p.34-35).

A construção de um espaço coletivo onde os atores e suas regiões específicas pudessem se articular e se mobilizar, contrapondo a existência de um espaço, normalmente, sediado na capital do estado, é outro fator que explica o processo de regionalização. Esse é um princípio que pode favorecer o reconhecimento dessa região como um lugar politicamente relevante.

Assim, os fóruns estaduais e regionais

devem ser entendidos, simultaneamente, como instâncias de representação, debate e deliberação e como organizações que promovem processos de articulação dos atores locais. São importantes para a construção social e política das regiões, fortalecendo redes e práticas de alcance "regional" e ajudando a transformar os territórios em "entes coletivos". (BANDEIRA, 2006, p.36).

Feita essa discussão sobre o significado dos fóruns e considerando o pensamento de Brown citado por Bandeira (2006), acredito que os fóruns de EJA também se

⁴ Segundo Santos citado por Marques (2008, p.71), a democracia participativa constituiria um dos grandes campos sociais e políticos, nos quais, no início do novo século, a emancipação social está sendo reinventada. Ela está ligada aos processos de democratização por que passaram os países do Sul, nos quais houve um processo de redefinição de seu significado cultural e da gramática social, possibilitando a disputa pelo significado de práticas políticas e a incorporação de novos atores sociais e novos temas à democracia.

caracterizam como um espaço “de articulação dos atores regionais, [onde] essas instâncias podem ser caracterizadas como *bridging organizations*, que são instrumentos de integração entre diferentes entidades.” (BANDEIRA, 2006, p.36, grifos do autor).

As *bridging organizations* podem favorecer o desempenho de importantes papéis no sentido de formar coalizões para ações de *advocacy*⁵. Elas têm como objetivo a inclusão de novos temas nas agendas governamentais, a mudança de prioridades nas ações a serem empreendidas nessas agendas, além de que as mesmas podem procurar influenciar as características de determinadas políticas ou lutarem, ainda, para garantir a sua efetiva implementação. (BANDEIRA, 2006, p.36).

Uma outra característica defendida pelo autor é que os fóruns devem atuar de forma autônoma em relação ao poder público, sem que isso signifique a abrir mão da sua participação nos espaços dos fóruns. Salaria que a representatividade do poder público deve ser minoritária e restrita aos órgãos que tenham ligação com a região onde o Fórum atua. Outros representantes desse segmento da sociedade devem exercer um papel de colaboração com os espaços coletivos, mas sem interferir em suas decisões e na sua autonomia, o que poderia indicar intervenções que direcionem as decisões ali tomadas. (BANDEIRA, 2006, p.37).

A seguir, serão apresentados os resultados da investigação realizada.

Algumas descobertas

Um dos resultados obtidos com a pesquisa surgiu a partir do apontamento feito pelos frequentadores do Fórum Mineiro de que existe um desejo de que sejam levadas, com maior frequência, para as plenárias experiências voltadas para a formação dos educadores, privilegiando, principalmente, os relatos de experiências e as práticas pedagógicas. Entendo ser essa uma crítica ao Fórum, mostrando que suas reuniões enfatizam mais a formação política e que ele não se mobiliza por questões de ordem prática, consideradas úteis para o cotidiano dos educadores.

Pelo resultados obtidos, percebi que a representação das cidades de Minas Gerais, nas reuniões, foi pequena durante o período estudado, comparado-a com o número total dos municípios, visto que, apenas, 10,9% do total delas esteve representada nas plenárias. Ressalto, ainda, o fato de que mais de 50% do total dos municípios são de cidades

⁵ Atividades desenvolvidas com a finalidade de influenciar a formulação de políticas públicas.

localizadas em um raio de 200 km de distância da capital, cidade onde se realizavam os encontros.

Ao buscar uma relação entre a presença do público e os temas tratados nas reuniões do Fórum, percebi que o tema não influenciou na presença das pessoas nas plenárias. Foi importante notar o fato de que, naquele período, as plenárias que tiveram um maior número de participantes, bem como um maior número de cidades representadas, aconteceram no primeiro semestre do ano, o que pode indicar uma tendência de uma maior participação nessa época.

A pesquisa veio referendar um fato que era senso comum no tocante a constituição do público do Fórum. A investigação demonstrou que a maior parte do público das plenárias é constituída por educadores da rede pública municipal e estadual, com predominância de educadores da RME. Tal constatação é, em parte, explicada pelos próprios educadores entrevistados, quando se queixam da carência de espaços de formação e de discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos.

Com relação, ainda, ao público, a questão da representação que os sujeitos traziam para o Fórum aparece nos resultados. Um dos entrevistados mencionou que os participantes do Fórum traziam para os encontros as visões das instituições nas quais trabalhavam ou militavam e que, muitas vezes, eles não tinham o poder real da representação. Explicou que, na sua opinião, existia uma considerável relação do Fórum com as pessoas, em detrimento dos lugares que estavam representando, dizendo que

a representação é muito das pessoas, a representação no Fórum era muito das pessoas, as pessoas que tinham uma relação com aquele processo direto, que é o meu caso, da Beltrana, a medida que essas pessoas saem, essa representação deixa de existir. Era o que eu percebia um pouco. (MARILYN MONROE).

Foi possível constatar, pelas entrevistas, que o Fórum Mineiro é um espaço que apresenta características de resistência e uma capacidade de sobrevivência na luta pela EJA, no Estado. Os entrevistados entendem que o Fórum é o espaço privilegiado das discussões que mantém acesa a chama do reconhecimento da educação, ao longo da vida, como um objetivo a ser conquistado nas instâncias do poder público.

Tal fato já havia sido afirmado por Ireland (2007) ao analisar o movimento mundial que deu origem aos fóruns no Brasil. Segundo ele, as reuniões da V CONFINTEA (Hamburgo, 1997) e da CONFINTEA V “*Midterm Review Meeting*” (Bancoc, 2003) foram “atos de resistência em defesa da educação de adultos.” Prossegue dizendo que

[...] Bancoc representou senão o fortalecimento do campo, pelo menos, a sua capacidade de sobrevivência num ambiente adverso. [...] para a maioria dos governos, a educação de adultos continua sendo uma atividade de importância marginal na agenda das políticas educacionais [...] O Encontro de Bancoc constituiu um ato de resistência às pressões diversas para quem a EJA representa, no melhor, uma excrescência. (IRELAND, 2007).

Percebe-se, através da fala dos entrevistados, que não é de muita importância a inserção do Fórum em alguma categoria definidora do que ele seja em relação às ações coletivas. Para seus frequentadores, o importante é demonstrar ao poder público que existem preocupações sobre a EJA e defensores dessa modalidade, e o que existe é um movimento - de pessoas, de temas, de cidades ou de debates.

Para o entrevistado denominado Greta Garbo “não há muita importância” que o Fórum receba uma denominação, pois pensa que as classificações dadas a ele são apenas detalhes: “O fato dele ser chamado não tem tanta importância, a importância tem na forma dele executar, porque, se ele executar de forma democrática um trabalho feito em rede, eu acho que ele vai ter, efetivamente, cumprido os objetivos dele”.

Aqueles que participam das reuniões do Fórum Mineiro com maior frequência trazem em suas trajetórias pessoais algum tipo de militância em movimentos no âmbito da sociedade. Isso nos ajuda a entender os motivos nos quais, mesmo não sendo um espaço institucionalizado, o Fórum Mineiro consegue exercer um papel político. Agregado a essa constatação, alguns entrevistados acreditam que por isso, o Fórum se constitui em um importante espaço para a construção e o fomento de atores políticos.

Foi recorrente o fato das pessoas defenderem a importância do Fórum Mineiro pelo seu caráter formativo. Para os entrevistados o Fórum provoca mudanças nas idéias e concepções de seus frequentadores. Foram muitas as falas como: “reformular o seu pensamento”, “a importância que o Fórum tem no seu crescimento individual”. Para o Greta Garbo, a participação no Fórum fez com que ele modificasse seu pensamento acerca da Educação de Jovens e Adultos. Disse que “foi o fórum que abriu a minha cabeça para a questão da pluralidade da dimensão humana, do ensino e da aprendizagem nessa perspectiva”.

O entrevistado denominado Elizabeth Taylor mencionou, ainda, que o Fórum motivou seu crescimento pessoal e profissional, pois se mostrou um lugar para “mobilizar, para agir, não é só aquele espaço para você discutir, entendeu, ouvir as palestras, porque aquilo te toca internamente, então você age no mundo, entende. Então, pra mim, pessoal e profissional foi muito importante naquele momento”.

Por fim, as entrevistas levaram a concluir que, durante o processo de regulamentação da EJA na RME, o Fórum não atuou enquanto uma instituição ou espaço reconhecido como “defensor” desta modalidade de educação. A sua influência foi percebida pelas posturas e intervenções de seus frequentadores nos espaços públicos de discussão, ou seja, o Fórum Mineiro provocou intervenções nas políticas públicas em Belo Horizonte. Segundo um dos entrevistados, “as pessoas se alimentavam das discussões do Fórum para travar, para legitimar sua fala em outros espaços”.

Contribuições para o Fórum Mineiro

A investigação trouxe, também, algumas sugestões que devem ser avaliadas pelo Fórum Mineiro, visto que os entrevistados emitiram opiniões sobre vários aspectos do seu funcionamento. Creio que essa é uma colaboração da pesquisa para o futuro do Fórum.

Uma das sugestões é de que o Fórum Mineiro se estabeleça como um espaço de referência para a Educação de Jovens e Adultos em Belo Horizonte e em Minas Gerais. Isso se deve, talvez, ao fato de não existir, efetivamente, uma união de esforços das iniciativas que empreendem ações e lutas em favor dessa modalidade da educação básica, além do descaso do poder público com a EJA. Repensar o formato das reuniões do Fórum Mineiro é outra sugestão, feita com o intuito de se pensar a presença dos educandos da EJA em suas plenárias, já que existe a necessidade de inclusão dos educandos nos processos de discussão sobre assuntos que lhes dizem respeito.

Ainda como sugestões, foram apresentadas propostas que abordavam a organização e a estruturação do Fórum. Avaliou-se que seja muito importante a divulgação do Fórum e das ações por ele empreendidas, pois a ampliação do seu alcance é uma iniciativa que deve partir de dentro do próprio Fórum. Sugeriu-se, ainda, a necessidade de se pensar o Fórum a partir das demandas daqueles que são os sujeitos da EJA (educandos e educadores), oferecendo a oportunidade para que todos possam participar desse espaço, através da realização das suas reuniões em horários que permitam um comparecimento daqueles que estudam ou trabalham à noite.

Considerações Finais

A partir do trabalho de investigação realizado, pude perceber que, no grupo dos entrevistados, todos já exerciam o magistério há mais de dez anos e já haviam atuado no

ensino noturno. Também constatei que a maior parte dos entrevistados tiveram uma trajetória anterior em outras ações coletivas. Tal fato corrobora a hipótese de que o envolvimento das pessoas com a EJA e a trajetória em outros tipos de ações coletivas é uma característica daqueles que participam no Fórum Mineiro.

A constatação de que existe uma menor frequência de municípios e de frequentadores nos encontros realizados no segundo semestre do ano é um fato a ser analisado pelos organizadores do Fórum Mineiro, pois a reflexão a partir de tal realidade pode apontar para ações que ajudem na organização das plenárias.

O aparecimento dos Fóruns Regionais demonstra, provavelmente, a necessidade da expansão do movimento dos Fóruns. Percebi que as cidades que eram mais frequentes ao Fórum, no período estudado, tiveram forte papel indutor no processo de regionalização. Lembro, ainda, que a criação dos Fóruns Regionais não significou o reconhecimento e ampliação do Fórum Mineiro enquanto instância de representação da Educação de Jovens e Adultos no âmbito estadual, já que não se percebeu, ainda, a presença do Fórum nos espaços de discussão da EJA, em Minas Gerais.

O pertencimento ou não do Fórum a alguma categoria sociológica não é um fator importante para os frequentadores do mesmo, conforme demonstraram as entrevistas. Denominá-lo de movimento social, rede, ou qualquer outra categoria no campo das ações coletivas, não tem para eles nenhuma relevância, já que consideram que o importante é manter ativo o movimento em prol da Educação de Jovens e Adultos. Durante as entrevistas ficou patente o uso do senso comum e de conceitos construídos subjetivamente para justificar, ou não, o lugar do Fórum na Sociologia das Ações Coletivas.

No tocante a participação dos frequentadores do Fórum nos espaços que discutiram as políticas públicas para a EJA na capital mineira, ficou claro que eles não se apresentavam enquanto representantes desse movimento, o que, no meu entendimento, retira, de certa forma, a força do Fórum no cenário político. Não obstante a discussão acerca da participação do Fórum no processo de regulamentação da EJA, em Belo Horizonte – seja ela seletiva, restrita, direta, ou indireta – o importante é ressaltar que, no entendimento final dessa pesquisa, essa participação ocorreu. Da mesma forma, deve-se considerar a importância do fato de que a participação realizada por aqueles que buscaram no espaço do Fórum subsídios para esta atuação foi qualificada, conforme dados da investigação por mim proposta.

Conforme Elizabeth Taylor, o papel do Fórum foi fundamental para que ocorresse a regulamentação da EJA, afirmando que, caso o Fórum não existisse, a regulamentação não teria sido construída, ou melhor, poderia ter acontecido, mas não haveria continuidade nas escolas: “até acho que, pela força do próprio movimento, eu percebi que tinha a mão, o dedo, a força do Fórum para a aprovação da questão da lei para regulamentar, aqui, na rede municipal”.

Uma fato que considero fundamental para a reflexão dos participantes do Fórum Mineiro é a afirmativa, por parte dos entrevistados, de que o Fórum Mineiro seja muito pouco conhecido por vários atores e espaços que estão ligados à EJA. Isso pode indicar a inexistência de uma estrutura de representação que deva, efetivamente, assumir e falar em nome de todos os que são sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Sendo assim, os resultados apresentados por essa investigação indicam que o Fórum Mineiro precisa refletir muito sobre o que ele seja e sobre o que pretende, a partir de sua trajetória. As discussões com aqueles que participam de suas reuniões deve ser uma prática assumida mais intensamente, se o objetivo é qualificar, cada vez mais, a luta em prol da Educação de Jovens e Adultos em Belo Horizonte e em Minas Gerais.

“Afim, em nossas mãos estão mais nove ou dez anos para construir uma EJA que acompanhe o direito dos jovens-adultos populares a uma vida mais humana. Como? Aproximando-nos do que há de mais dinâmico em nossa sociedade, os movimentos sociais populares que retomam bandeiras que foram da educação de jovens e adultos: a transformação social, a libertação e emancipação.” (ARROYO, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGORA NET. **Dicionário Político**. Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia, s/d. Disponível em <http://www.agoranet.org.br/az.htm>. Acesso em: 08 jan 2008.

ARROYO, Miguel González. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?. **REVEJ@** - Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, ago. 2007 Disponível em: <http://www.reveja.com.br/revista/0>. Acesso em: 24 mai 2008.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, Participação e Instituições Híbridas. **Teoria e Sociedade**. Belo Horizonte: Número Especial, mar, 2005. p. 16-41.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Institucionalização de regiões no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 1, 2006 . Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mai 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas: vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, out. 2005.

DOIMO, Ana Maria. **NMS**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por olavo_ferreira@bol.com.br em 13 de mai 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 35 (1): 119-144, jan/fev. 2001.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

IRELAND, Timothy. De Hamburgo a Bancoc: a V CONFINTEA revisitada. **REVEJ@** - Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, ago. 2007 Disponível em: <http://www.reveja.com.br/revista/0>. Acesso em: 24 mai 2008.

MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp. 1999.

PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos: questões atuais em cenário de mudanças. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAIVA, Jane; DUTRA, Any. **Parceria no Fórum de Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro**: Novos Conceitos e Práticas. Projeto de Extensão – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Educação. Rio de Janeiro – RJ. Dezembro/2000. mimeo.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea, 1996/2004. Brasília: Unesco, MEC, 2004.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel V. de. **O Estudo da Política, Tópicos Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Orgs) **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **O Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba**: uma nova configuração em movimentos sociais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. João Pessoa. 2003. 168 f.

TOURAINÉ, Alain. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília: v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.